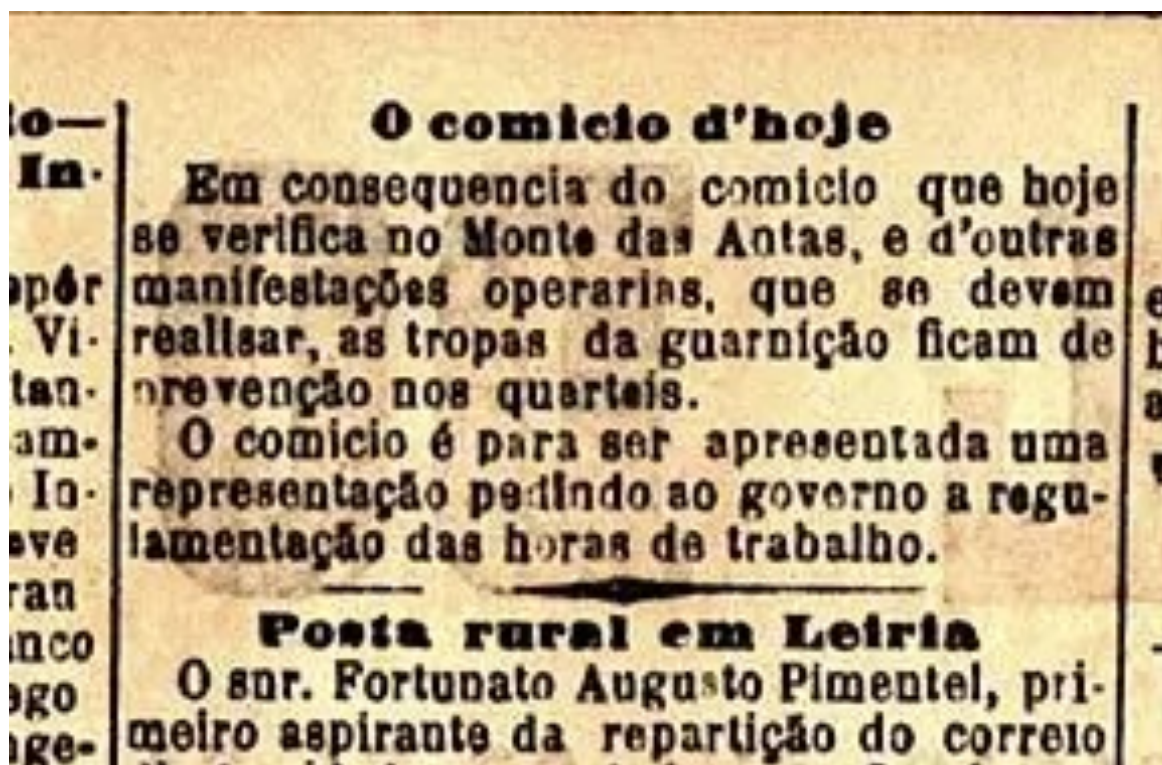


Despedidos no primeiro 1.º de Maio

O Congresso de Paris de 1889 deliberou encetar uma luta organizada, internacional, pelas oito horas de trabalho por dia, cuja sessão foi presidida por um português. Para começar, inspirados nos operários de Chicago, marcaram o dia 1 de maio de 1890 como o primeiro a dar corpo a essa luta. Portugal foi dos primeiros a aderir. Operários de Lisboa e Porto manifestaram-se nas ruas, aprovaram uma lista de reivindicações. E, alguns, foram despedidos.



Sentiram-se enganados e largaram o trabalho. Quando perceberam que os proprietários das outras fábricas tinham dado feriado para que se comemorasse pela primeira vez na História o dia 1.º de Maio, setenta operários da F. Baerlein abandonaram as oficinas da Rocha de Conde de Óbidos e foram integrar as manifestações de rua, em especial a ida ao Cemitério dos Prazeres em homenagem a José Fontana, o suíço radicado na cidade de Lisboa que foi um dos fundadores do Partido Socialista Português.

E o resto do 1.º de maio de 1890 passaram-no em festa, apesar de se terem registado algumas perturbações da ordem, motivadas pelas autoridades, e sem sonharem sequer com o que iria acontecer no dia 2.

Trabalhavam numa das maiores unidades fabris instalada ao longo da avenida 24 de julho, eram ao todo cerca de cem, e só ao meio-dia descobriram que Baerlein os enganara quando lhes prometera agir do mesmo modo dos congéneres, ou seja, dar-lhes as mesmas vantagens que os restantes patrões da indústria ofereciam aos seus assalariados.

A maioria dos proprietários tinha dado feriado, como se dizia à época a concessão de uma folga, e havia até alguns que resolveram tomar a iniciativa de diminuir o horário de trabalho, tentando aproximar-se da reivindicação internacional. Nesse dia 1 de maio, por exemplo, o dono da Casa Minerva, na rua da Palma, em Lisboa, iniciou o dia de oito horas, assegurando que o manteria se os operários produzissem nesse período de tempo o mesmo que nas dez horas até ali em vigor.

Portugal foi um dos primeiros países europeus, juntamente com a Alemanha, a Áustria, a Dinamarca, a França e a Espanha, a aderir à luta pelo limite máximo das oito horas de trabalho por dia, muito abaixo das 10, 12 e 14 que se praticavam na indústria e no comércio e "do sol a sol" na agricultura. A decisão fora tomada no ano anterior, em julho, durante o Congresso Internacional de Paris, do qual saíam também a Internacional Socialista, e onde marcaram presença três portugueses: Manuel Luís de Figueiredo, tipógrafo, pelas organizações da região sul, Francisco Viterbo de Campos, marceneiro, pela região norte, e o jornalista português Xavier Carvalho, radicado em França desde 1895, fundador da *Fédération Universelle des Peuples*, ao lado do socialista francês Benoit Malon e do deputado italiano Cipriani.

Nessa reunião, inspirados pelo combate encetado nos Estados Unidos, principalmente em Chicago, ficou resolvido internacionalizar o 1.º de Maio, declarando-o dia de luta do proletariado, pela jornada de oito horas, e marcando-o com uma grande manifestação internacional. Em Lisboa, os operários mobilizados pela Associação de Trabalhadores da Região Portuguesa começaram por desfilar pelas ruas, em grupos que se iam tornando mais numerosos à medida que passavam por oficinas, lojas e prédios em construção, cujos trabalhadores abandonavam para integrar os cortejos que a polícia ia dispersando.

Portugueses na decisão do 1.º de Maio

Os portugueses sentiram a obrigação de alinhar no "dia de luta do proletariado, pela jornada de oito horas" uma vez que foi Luís de Figueiredo quem presidiu, em Paris, à sessão da noite em que foi votada a posposta do "dia máximo de oito horas de trabalho fixado por uma lei internacional". Como admitiu em 1917, César Nogueira, do conselho central do Partido Socialista, "nestas condições, pois, é evidente que o movimento socialista e operário lusitano tem a sua quota parte de responsabilidade na resolução que determinou a celebração anual do 1.º de maio. Tinha, portanto, por dever cumprir na primeira ocasião com aquela deliberação".

O país atravessava uma crise económica e financeira, sentia-se o cansaço face à monarquia, encontrava-se aberto o caminho às reivindicações. "A situação de Portugal é deplorável, no interior ou no exterior. A situação é deplorável e o país está evidentemente cansado da direção que os partidos monárquicos incutiram aos negócios públicos", lê-se o jornal "Os Debates", dos socialistas republicanos que concluíam: "Para a frente que nunca houve melhor ocasião de marchar do que esta". Nos meios pró governo, afirmava-se que a situação geral não era má e que os operários ganhavam melhor e trabalhavam menos horas do que no estrangeiro. É que, diziam, "falta ao país a excessiva concorrência que determina na Alemanha ou na Inglaterra a baixa de salários".

A presidir ao conselho de ministros formado após o ultimato inglês e que conta no seu elenco com três futuros "primeiros-ministros", encontrase desde janeiro António Serpa, o qual, um mês depois de tomar posse, mandou a Guarda Municipal acabar com uma manifestação de republicanos saídos de um comício na rua da Palma rumo ao largo de Camões, e enfrentou, a 30 de março, além de uma brutal queda nos votos, incidentes violentos quando das eleições em que o Partido Republicano saiu vitorioso em Lisboa, onde trabalhavam cerca de 50 mil operários.

Apesar do "tempo borrascoso", mais de três mil trabalhadores da capital, serenos e alegres, depois dos cortejos matinais, concentraram-se no cemitério onde se encontra enterrado José Fontana, a ideia era depositar flores junto ao monumento ao defensor dos trabalhadores, "um singelo pedestal, sustentando um braço nu que ergue energicamente um facho", explica "O Século". Mas não estavam sozinhos, numerosos polícias foram para ali destacados para os controlarem.

"Mas essa serenidade que todos viam, só as autoridades não quiseram notar, e logo, a par dos operários, começaram a surgir grossos piquetes de polícia e finalmente, antes das 2 horas [da tarde], uma força de vinte soldados de cavalaria municipal postou-se em linha no Largo dos Prazeres, conta o diário "Século". Às 15 horas, chegaram os representantes do PSP e os delgados das associações operárias com as coroas de flores e enquanto muitos outros também ali deixavam ramos, o silêncio era sepulcral. Depois, Luís de Figueiredo abriu os discursos falando dos serviços do socialista à causa do proletariado e que se estava ali a cumprir um dever de justiça.

"Hoje, que em todo o mundo o operariado se levanta, dever nosso é aqui curvamos-nos junto ao túmulo daquele daquele que tanto lutou para que o operário fosse livre e feliz fora das acanhadas especulações políticas", disse o socialista. E, nesta altura, um dos chefes de brigada policial mandou-o calar "por ter falado em política", o que não era permitido ao ar livre. A restante assistência aplaudiu Figueiredo e foi também mandada parar. Mal o segundo orador se dispunha a falar, ouviu-

se a autoridade dizer que não queria manifestações, fazendo dispersar os operários que eram esperados cá fora por uma força de cavalaria. Pelas 17 horas, uma centena de pessoas resolveu ir para o cemitério, discursar à vez junto ao túmulo de Fontana: "foram levantados vivas à classe operária, à solidariedade dos povos, e à República social".

Mais de 12 mil manifestantes nas Antas

No Porto, também foi pelas 14 horas que se deu maior prova de força do operariado. No Monte Aventino, nas Antas, reuniram-se mais de 12 mil trabalhadores, na maioria mulheres, vindos de fábricas e oficinas que fecharam nessa quinta-feira pela vontade dos operários ou por folga dada pelos patrões. O comício começou atrasado, o operário encarregado da presidência não apareceu, e outro, o serralheiro Luis Soares, tomou o seu lugar ao fim de uma hora de espera. A assistência elegeu então, com "vivas", Silva Lino para presidir e os discursos começaram, sendo interrompidos devido à forte chuvada que se fez sentir e que já tinha estragado os festejos matinais.

Os discursos foram retomados por pouco tempo. Falava ainda o primeiro orador, quando surgiu no local uma vintena de guardas civis que apavorou a assistência. Muitos começaram numa correria louca, tentando fugir a qualquer preço, apesar de outros lhes gritarem que podiam estar tranquilos. Quando a multidão acalmou, os operários prosseguiram com os discursos. Pelas cinco da tarde, uma representação dos manifestantes dirigiu-se ao governo civil para entregar o documento reivindicativo aprovado no íterim e que pretendiam fazer chegar ao rei D. Carlos.

As reivindicações, aprovadas também em Lisboa, iam para além das oito horas de trabalho, limite que só em 1919, os trabalhadores conquistaram para a indústria e comércio, e em 1962 se estenderá ao campo esse limite máximo. Os operários pretendiam também a proibição do trabalho de menores de 14 anos e limitado, para ambos os sexos, até aos 18 anos, a seis horas por dia. Queriam também o fim do trabalho nocturno, com excepção da indústria contínua. Assim como, a "proibição do trabalho da mulher em todos os ramos industriais que afetem particularmente o organismo feminino" e "descanso não interrompido de 36 horas, pelo menos, cada semana para todos os trabalhadores".

E pretendiam ainda que houvesse um sistema de vigilância das fábricas, constituído por elementos nomeados pelo Estado e eleitos pelos trabalhadores, que os patrões fossem responsabilizados pelos acidentes de trabalho, que se garantisse subsistência aos velhos e aos inválidos do trabalho". As reivindicações enquadravam-se, de certa forma nas orientações internacionais, na quais, curiosamente, há uma esquisita diferenciação entre países do sul e outros, já que as crianças dos primeiros podiam começar a trabalhar aos 10 anos enquanto a norte só depois dos 12.

De volta à fábrica F. Baerlein, o espanto dos operários

No dia seguinte, os setenta trabalhadores da F. Baerlein foram "vítimas de uma medida arbitrária do proprietário, que os despediu por terem faltado na tarde de 1 de maio, isto depois de previamente terem requerido a respetiva licença", como escreveram num manifesto publicado nos principais jornais. E pediam "aos companheiros da classe do ferro a maior solidariedade a fim de não irem ocupar" os seus lugares, anunciando que iriam expor o caso numa reunião da classe.

Os operários "ficaram espantados", já que até ali entre eles e o patrão "havia as melhores relações", e mais surpreendidos ficaram ainda quando foram informados de que os seus lugares podiam ser "tomados em breve por operários estrangeiros". Há dias, Baerlein, segundo os trabalhadores, tinha-lhes prometido que equivaleria salários e horas de trabalho às praticadas em todas as fábricas. "Verdade seja, notam os operários, que, por motivo que não puderam compreender, a par com essas promessas, o sr. Baerlein insistiu com o seu pessoal para que trabalhasse no dia 1, tanto mais que nas outras fábricas igualmente se trabalhava. Satisfazendo os desejos do sr. Baerlein os operários ainda de manhã se apresentaram na fábrica e trabalharam até ao meio-dia, hora a que, sabendo que nas demais fábricas se fazia feriado, pediram para sair e foram incorporar-se às manifestações".

Os despedidos reuniram-se nesse mesmo dia, nas instalações da Associação dos Trabalhadores. Luís Judicibus presidiu à sessão. E começou por dar conta dos esforços desenvolvidos por ele junto daquele industrial "para, fazendo-lhe compreender que aquilo não fora uma greve, mas sim uma adesão ao movimento universal dos trabalhadores por questão de mera solidariedade de classe, o demover" a admiti-los novamente. "O sr. Baerlein porém não cedeu e os operários devem por isso formar desde já a sua associação para que possa impor-se com a sua força associativa", disse o membro do conselho geral do sul da AT que ficou encarregado de levar o caso ao grande comício de domingo, dia 4.

Na linha do entendimento dos operários despedidos, a Associação resolveu ainda escrever aos principais centros operários do país "pedindo aos trabalhadores que se recusem a vir trabalhar nas oficinas do sr. Baerlein". No final da reunião, apareceu uma francesa pedindo ajuda para tratar o pai enfermo. "Todos aqueles operários, apesar das suas críticas circunstâncias de momento, se cotizaram para esse fim, subindo a soma a 2\$050 réis", conta o jornal "O Século".

Do comício de domingo, que não pode ser ao ar livre, além de se acentuar a luta pelas oito horas de trabalho, saiu uma comissão, cujo papel era forçar a readmissão dos companheiros. À porta da rua, fez-se um peditório a favor dos operários despedidos, perante numerosos polícias, comandados diretamente pelo comissário Pedroso de Lima. Três dias depois, Baerlein negou a pretensão, disse que só podia readmitir alguns por já ter contratado outros, mas prometeu que dali em diante não haveria qualquer conflito entre ele e os seus operários e que iria

procurar trabalho para os que permanecessem sem emprego e dar subsídios aos mais necessitados. E "tomou conta do operário Lucas que pelo seu estado de saúde não poderá ser admitido em outra fábrica".

Houve ainda outro caso de despedimentos, foi na fábrica da Guia. O mestre resolveu mandar embora, também no dia seguinte às manifestações, nove carpinteiros por não terem trabalhado nessa quinta-feira. Sobre este caso se falou pouco, no entanto, juntando este ao da F. Baerlein, de maior dimensão, "O Século" concluía: "Bem cedo e bem imprudentemente os patrões e mestres começam com os operários uma luta de que estes últimos só deram uma manifestação pacífica".

O 1.º de maio foi ganhando cada vez mais expressão e festejou-se até ao final da monarquia. E durante a primeira República, algumas câmaras municipais decretaram feriado. Após a ditadura, implantada em 1926, a "festa" acabou. Comemorou-se à revelia o Dia do Trabalhador até a liberdade ser reposta no país, a 25 de abril de 1974, ano em que se deu a primeira enorme manifestação do 1.º de Maio, livre e feliz com a revolução.

Para o jornal conservador "Diário Ilustrado", o que se passava em 1890 é que estava tudo mudado: "Dantes, o 1.º de maio era celebrado pelos poetas; hoje vai ser celebrado pelos operários. Dantes flores e idílios, hoje manifestações socialistas. Dantes dizia-se: vem ó dona das graças e flores! hoje exclama-se: Só oito horas de trabalho".